

Abreu vai apelar à sensibilidade dos congressistas

O ministro João Batista de Abreu, do Planejamento, estranhou ontem as notícias de que deputados e senadores insistem em preservar suas verbas pessoais no Orçamento Geral da União para 89, que propõe inúmeros cortes de despesas como forma de garantir um déficit público de no máximo 2% do PIB no próximo ano. Dizendo que vai empenhar-se pessoalmente em mostrar aos parlamentares a necessidade de serem mantidos os cortes, ele afirmou:

— Vou tentar convencer o Congresso da importância de mantermos o déficit em 2% do PIB em 89. Espero que eles tenham sensibilidade — disse Batista de Abreu, após assistir ao desfile militar de 7 de Setembro, em Brasília.

A primeira reformulação que o Congresso Nacional deverá fazer no orçamento da União para 89 é reincluir as verbas do programa de subvenções a entidades sociais, que desde 1948 são distribuídas por deputados e senadores, e que foram eliminadas pela Operação Desmonte.

O ministro, porém, disse desconhecer que essas verbas faziam parte do Orçamento Geral da União:

— Eu não coloquei as verbas no orçamento porque ninguém me pediu — observou.

Só quarta-feira

De qualquer forma, somente na próxima quarta-feira é que a Comissão Mista de Orçamento e Finanças do Congresso Nacional começará a examinar a proposta orçamentária. É que seus 60 membros e 32 relatores-adjuntos ainda não receberam o texto, de mais de mil páginas, que está sendo copiado pelo Prodasen (centro de processamento de dados do Senado). Por esse motivo, o relator-geral do orçamento, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), afirmou ontem que não tinha condições de antecipar uma análise global do orçamento nem mesmo as tendências dentro da comissão em torno do restabelecimento das subvenções.

Segundo Almir Gabriel, foi o presidente da comissão, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), que notou a falta do item relativo às subvenções. Para decidir esta questão, no entender do relator, é importante que seja assegurada a autonomia do Legislativo para exercer suas prerrogativas recuperadas com a nova Constituição. Almir Gabriel ressaltou a importância do exame do orçamento es-

te ano como um processo de transição entre os limites que o Congresso tinha até o ano passado e as amplas possibilidades, a partir da nova Carta, com poder de emendar ou até mesmo criar despesas (desde que indique a fonte de receita).

Gente competente

Por sua vez, o secretário de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento, José Ribas Neto, disse ontem ao JT não acreditar que o Congresso possa desfigurar a proposta de orçamento, através do remanejamento de despesas. Ribas acha que não está muito claro até que ponto a nova peça orçamentária poderá ser mexida, pois não há ainda uma lei de diretrizes orçamentárias nem vai haver tempo para que o Executivo tome essa providência.

Ribas Neto pondera ainda que a equipe que vai cuidar da análise e revisão do orçamento no Congresso "é muito bem preparada". Existem nela, segundo Ribas Neto, políticos muito experientes e com passagem pelo Executivo, como os casos do deputado César Maia (PDT-RJ), ex-secretário da Fazenda do Rio de Janeiro na administração do governador Leonel Brizola, e do senador Almir Gabriel, ex-secretário da Saúde do Estado do Pará.

O secretário da SOF disse ainda que se o Congresso mexer mesmo na questão das subvenções a entidades sociais, que tiveram suas despesas totalmente cortadas na nova proposta orçamentária, estará mexendo apenas numa pequena parte do orçamento, "sem maior importância". Disse que o corte total destas despesas foi feito por uma questão de coerência: "Como o governo federal estará em 89 remetendo mais recursos para os Estados e Municípios, o mais lógico é que os encargos também sejam transferidos".

Ribas acredita que prevaleça o diálogo no trabalho iniciado pelo Congresso sobre o orçamento, "como é natural num regime democrático". Destacou ainda que toda a SOF foi colocada de prontidão pelo ministro do Planejamento para servir ao Congresso no que for necessário, esclarecendo qualquer dúvida que possa existir sobre a proposta orçamentária. "Mas acredito que as modificações que o Congresso promover na proposta orçamentária será para melhor. De nossa parte, acho que fizemos um bom trabalho" — assinala.